

## O Uso do Custo Corrente (*Fair Value*) na Avaliação de Ativos de Empresas de Tecnologia da Informação

**Autoria:** André das Neves Dameda, Ernani Ott, Tiago Wickstrom Alves

### RESUMO

Em um contexto de convergência para padrões contábeis internacionais, o Custo Corrente (*Fair Value*) ganha força como metodologia de avaliação de ativos e retoma-se a discussão acerca da sua viabilidade de aplicação em termos de objetividade e praticabilidade. Nesse sentido, este estudo teve como objetivo verificar o impacto da utilização de tal metodologia em empresas de tecnologia da informação (TI). Para tanto, promoveu-se uma breve revisão da teoria acerca de avaliação de ativos a preços de entrada e desenvolveram-se procedimentos metodológicos no sentido de identificar e classificar os principais itens do ativo das três empresas que compunham a amostra, avaliando-os com base em preços correntes de reposição dos itens nas mesmas condições em que se encontravam, sempre que identificado um mercado secundário correspondente. Os procedimentos permitiram a avaliação de aproximadamente 50% do número de itens do ativo imobilizado, correspondendo a aproximadamente 75% do valor total desse agrupamento. Após o ajuste, apurou-se um aumento médio do Patrimônio Líquido das três empresas na ordem de 36%, com desvio padrão de 13%. Tal alteração é significativa e relevante para o usuário interno nas decisões de gestão, e ao usuário externo nas decisões de investimento ou concessão de crédito. Crê-se que o procedimento realizado garantiu um aumento da capacidade informativa sem o abandono de critérios objetivos de avaliação.

### 1 Introdução

A contabilidade tradicionalmente apresenta suas demonstrações e registros com base no custo histórico de aquisição dos ativos, em atenção ao princípio do custo como base de valor e as questões relacionadas com a materialidade e a objetividade, bem como determinações de natureza fiscal e societária.

Se por um lado tais procedimentos garantem a objetividade e praticabilidade, por outro desconsideram as alterações no valor dos itens ao longo do tempo, sejam variações decorrentes no nível geral de preços ou mesmo de variações setoriais, tornando-se de pouca utilidade para processos de cisão, incorporação e fusão, de encerramento de atividades, privatizações, dentre outros.

No contexto da convergência para padrões contábeis internacionais é cada vez mais presente o conceito de *fair value* – que se aproxima conceitualmente do custo corrente – para avaliação de ativos. Entretanto, são recorrentes as inquietações acerca da viabilidade de aplicação integral de tal critério em vista da dificuldade de obter preços em mercados secundários ou mesmo do risco de fragilização das demonstrações contábeis em função da redução da objetividade, especialmente se considerada a sombra, nem tão longínqua, da *Enron* e *WorldCom* ou, mais recentemente, da crise do *subprime*<sup>1</sup>.

Empresas de tecnologia da informação apresentam como característica peculiar a ausência de estoques, em face da atuação no setor de serviços, o que conduz a uma avaliação centrada no ativo imobilizado, parte do qual se encontra exposta à rápida substituição tecnológica e obsolescência.

Diante deste cenário, a presente pesquisa se propôs a verificar o impacto da avaliação de ativos pelo custo corrente em empresas de tecnologia da informação.

Além desta seção, esse artigo encontra-se dividido em mais três seções. Na seção dois é apresentada uma revisão da bibliografia aplicada à avaliação de ativos. Na seção três são detalhados os procedimentos metodológicos utilizados. Na seção quatro são apresentados e discutidos os principais resultados obtidos e a seção cinco traz as considerações finais.

## 2 Marco Teórico

Ainda que não sejam aceitas pela legislação fiscal e societária no âmbito nacional, a Teoria Contábil tem desenvolvido ferramentas para uma melhor avaliação patrimonial, corrigindo algumas distorções decorrentes do registro pelo custo histórico de aquisição.

Tinoco (1992) identifica os pesquisadores que mais contribuíram para a teoria da avaliação patrimonial, como apresentado no Quadro 1.

Pesquisador	Contribuição
Theodore Limperg	Desenvolveu, entre 1912-1918, um sistema de contabilidade chamado “ <i>Replacement Value Theory</i> ”, focado no custo de reposição dos bens e serviços que estavam sendo vendidos, levando em consideração o desenvolvimento tecnológico.
W. A. Paton	Publicou em 1918, juntamente com R.A.Stevenson, o livro “ <i>Principles of Accounting</i> ”, criticando a dependência do custo original como base de valor, na contabilidade. Em 1920, no artigo “ <i>Depreciation, Appreciation and Productive Capacity</i> ” publicado no <i>Journal of Accountancy</i> , questionou a utilização do custo histórico.
L. Middleditch	Um dos pioneiros da contabilidade ao nível geral de preços ( <i>Price-Level Accounting</i> ), publicou em 1918, no <i>Journal of Accountancy</i> , o artigo intitulado “ <i>Should Accounts Reflect the Changing Value of the Dollar?</i> ”.
F. Schmidt e E. Schamalenbach	Publicaram obras no ambiente hiperinflacionário alemão de 1920, demonstrando os impactos da inflação nos demonstrativos contábeis, sendo também considerados pioneiros da contabilidade em moeda de poder aquisitivo constante.
H. W. Sweeney	Nas décadas de 1920 e 1930, pesquisou os impactos da inflação sobre a contabilidade, a partir das pesquisas originárias da Alemanha dos anos 1920. Publicou, dentre outros artigos, “ <i>How Inflation Affects Balance-Sheets</i> ” e “ <i>The Technique of Stabilized Accounting</i> ”, na <i>Accounting Review</i> .
Keneth Mac Neal	Um dos precursores da contabilidade a valores de saída, publicou em 1939 o livro “ <i>Truth in Accounting</i> ”, sugerindo que ativos negociáveis deveriam ser avaliados a valores de saída e ativos permanentes pelo custo de reposição.
E. S. Hendriksen	Também considerado um dos pioneiros na teoria do <i>Price-Level</i> , tendo desenvolvido várias pesquisas na década de 1950, destacando-se o estudo de caso “ <i>Price-Level – Adjustments of Financial Statements – An Evaluation and Case Study of two Public Utility Firms</i> ”, publicado em 1961.
R. J. Chambers	Considerado o principal expoente da avaliação a valores de saída. Desenvolveu suas pesquisas entre as décadas de 1950 e 1960, indicando uma preferência inicial pela utilização do custo corrente, modificando tal posição a partir de 1965, com a publicação do artigo “ <i>Measurement in Accounting</i> ” no <i>Journal of Accounting Research</i> , optando pelos valores de saída como a melhor de avaliação contábil.
E. O. Edwards e P. W. Bell	A partir da obra “ <i>The Theory and Measurement of Business Income</i> ”, publicada em 1961, sintetizaram toda a teoria desenvolvida até então acerca das flutuações de preços, apresentando de forma completa a teoria do custo corrente, demonstrando e justificando a adoção de tal teoria como base de valor ideal da contabilidade.
Sérgio de Iudícibus	Um dos pioneiros no Brasil, no que tange à teoria dos ajustamentos contábeis sob inflação. Sua tese de doutoramento, em 1966, com o título “Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis” é considerada um marco no tema.
A. R. de Toledo	Outro pioneiro da contabilidade brasileira, através da obra “O Problema da Amortização dos Bens Depreciáveis e as Necessidades Administrativas das Empresas”, publicada em 1968, estudou o problema da depreciação e sua ligação com o custo histórico corrigido.
Eliseu Martins	Na obra “Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras”, estuda a alavancagem financeira no contexto inflacionário, introduzindo a inflação nos estudos da alavancagem e demonstrando como este conceito melhora a qualidade da informação contábil.
Natan Szuster	Na tese de doutoramento intitulada “Análise do Lucro Passível de Distribuição: Uma Abordagem Reconhecendo a Manutenção do Capital da Empresa”, apresentada em 1985, aperfeiçoa o trabalho de Edwards e Bell, no que tange à distribuição do lucro, com manutenção simultânea do capital físico e do capital monetário.

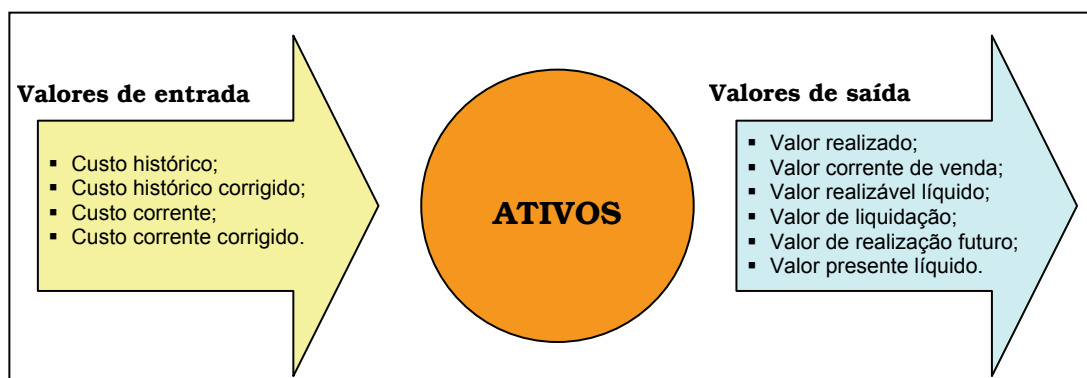
**Quadro 1 - Principais Pesquisadores da Avaliação Patrimonial**

Fonte: Adaptado de Tinoco (1992).

Os procedimentos para a avaliação dos ativos concentram-se em duas grandes linhas principais: os valores de entrada, representados pelos valores obtidos junto ao mercado de aquisição dos ativos, e os valores de saída, resultantes do valor de troca (realização) dos ativos, ou seja, o valor que o mercado pagaria pelo ativo, considerando que a empresa opere em um mercado formal (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Tinoco (1992) aponta, dentre os autores citados no Quadro 1, Edwards e Bell, Sweeney e Hendriksen como defensores dos valores de entrada e Chambers, Sterling e Keneth MacNeal propondo a utilização dos valores de saída. O mesmo autor destaca que os defensores da utilização dos valores de saída são em menor número.

Cada uma destas linhas teóricas de avaliação conta com diferentes alternativas de medição, conforme resumido na Figura 1.



**Figura 1 – Bases de Mensuração de Ativos**

Fonte: Adaptado de Rosseto *et al.* (2001) e Nélo *et al.* (2001).

Um aspecto importante a ser destacado é que boa parte da teoria desenvolvida a respeito da avaliação por valores de entrada e de saída é voltada para avaliação dos estoques, situação que não se aplica às empresas da amostra, posto que estas têm suas receitas caracterizadas pela prestação de serviços, sendo os grupos “imobilizado” e “créditos” os mais significativos na composição do ativo, fazendo com que se torne necessária uma adaptação dos procedimentos de avaliação à sua estrutura patrimonial.

Os valores de saída, segundo Nélo *et al.* (2001), atraem os pesquisadores sob a ótica da utilidade da informação, na medida em que aproximam o item avaliado de seu valor econômico, atribuindo-lhe um preço baseado no mercado de venda da organização. Em comparação com a avaliação a valores de entrada, os valores de saída são mais subjetivos e menos práticos.

Considerando a posição de MacNeal, explicitada por Tinoco (1992), no sentido de que ativos negociáveis deveriam ser avaliados a valores de saída e ativos permanentes a valores de entrada, diante das características das empresas da amostra, mencionadas anteriormente, bem como do intuito de obter-se um valor com ganho informacional e pouca perda de objetividade, optou-se por proceder a avaliação destas empresas com base em valores de entrada.

Para Hendriksen e Van Breda (1999), os valores de entrada representam o volume de dinheiro pago pela entrada de um ativo ou seus serviços em uma empresa, podendo basear-se em trocas passadas, correntes ou futuras esperadas.

Nesse contexto, conforme já apresentado na Figura 1, a avaliação pode ser procedida por meio do custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente e custo corrente corrigido, a seguir detalhados.

### 2.1 Custo Histórico (ou Original)

A avaliação pelo custo histórico é o modelo tradicionalmente utilizado pela contabilidade, tratando-se de um conceito estático de avaliação, que desconsidera os efeitos das variações nos níveis de preço e reporta-se ao esforço financeiro efetuado no momento da aquisição ou produção. Tem pouca representatividade como medida de valor para a entidade, sendo seu uso consagrado, segundo Rosseto *et al.* (2001), na apuração de impostos e de dividendos.

Por ser considerado mais prático e objetivo, com a possibilidade de aferição mediante documentos fiscais de entrada, o custo histórico facilita a ação da verificação externa, por órgãos da fiscalização fazendária e de auditoria.

Uma das principais limitações da utilização do custo histórico é que o valor de um ativo pode variar com o passar do tempo, seja por questões relacionadas à variação da inflação, seja por questões de natureza tecnológica, podendo não guardar qualquer relação com o valor corrente de mercado do mesmo ativo, nas mesmas condições (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

### 2.2 Custo Histórico Corrigido

Uma evolução do conceito de custo histórico é o custo histórico corrigido, que é caracterizado por Martins (1972) como sendo o custo histórico que foi objeto de correção mediante a aplicação de um coeficiente derivado de índices de variação de preços, trazendo a possibilidade de se colocar diversos custos de diferentes datas em termos de uma moeda de capacidade aquisitiva de uma outra data qualquer, melhorando consideravelmente a qualidade da informação apresentada sob tal formato.

Conforme já apresentado no Quadro 1, uma das principais motivações do avanço na pesquisa de métodos de avaliação alternativos ao custo histórico decorre dos problemas oriundos das variações nos níveis gerais de preços, especialmente em economias expostas a altas taxas de inflação.

Em síntese, o custo histórico corrigido goza das mesmas vantagens de objetividade e praticidade atribuídas ao custo histórico, acrescentando a vantagem de contemplar possíveis efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda, permitindo a comparação de valores de datas distintas (SANTOS; SCHMIDT; FERNANDES, 2006).

Como limitação ao método do custo histórico corrigido, Rosseto *et al.* (2001) apontam as limitações técnicas inerentes à apuração de índices gerais de preços da economia, que invariavelmente trabalham com média e a eventual ingerência dos governos na metodologia de correção monetária, quando adotada. A dificuldade na eleição de qual indicador utilizar, sabendo-se que a escolha entre um ou outro índice de preços pode afetar o valor calculado, também é apresentada como uma limitação do método.

### 2.3 Custo Corrente

Em ambientes inflacionários é possível confundir o custo histórico corrigido com o custo corrente, apesar de se tratar de conceitos distintos, na medida em que o primeiro reflete a variação de preços como um todo – via índices gerais de preços – e o segundo considera a variação específica de determinado item. O custo corrente representa o preço de reposição para o mesmo ativo ou ativo equivalente (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). Ilustrativamente, pode-se afirmar que na ocasião da aquisição do bem, o custo histórico é igual ao custo corrente.

Na definição de Edwards e Bell (1961, p. 79), é o “custo corrente de aquisição dos insumos que a firma utilizou para produzir ativo”. Martins (1972, p.3) propõe a substituição do verbo ‘produzir’ por ‘possuir’, uma vez que nem todos os ativos em posse da empresa

sofreram as transformações decorrentes do processo produtivo, tornando-se assim um conceito mais abrangente.

Rosseto *et al.* (2001, p. 53) afirmam que o custo corrente indica o “sacrifício necessário para disponibilizar um item semelhante ao que já possuímos ou desejamos repor”, sendo importante observar que o mencionado ‘item semelhante’ pode assumir os seguintes significados: i) reposição do item no estado em que se encontra; ii) reposição de um item idêntico, mas em estado de novo; iii) reposição de um item tecnologicamente superior.

Tanto a utilização de um item em estado de novo como de um item tecnologicamente superior como parâmetro de avaliação, se encontram mais vinculados com a manutenção da capacidade operacional da empresa do que propriamente com a avaliação da mesma, sendo a utilização de um item no estado em que se encontra, ainda que com algumas dificuldades na obtenção de tal valor, a que melhor atende à definição de custo corrente.

O conceito de custo corrente se aproxima do conceito de valor justo ou *fair value*, conforme Hendriksen e Van Breda (1999) e Iudícibus e Martins (2007), que afirmam:

Em muitas situações, o custo corrente é uma medida apropriada de valor justo, seja no estabelecimento de um preço inicial de aquisição (como em certas trocas de ativos não monetários), seja no estabelecimento de um valor máximo (tal como na determinação do valor presente de um arrendamento capitalizado para o arrendatário) (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 308).

Valor Justo, seria, assim, o valor de mercado, definido como o quanto se deveria desembolsar no mercado para que uma entidade adquirisse o ativo objeto de avaliação, aproximadamente no mesmo estado em que se encontra (IUDÍCIBUS; MARTINS, 2007, p. 17).

Como limitação ao método, o ganho de utilidade informacional proporcionado acarreta uma redução dos níveis de praticabilidade e objetividade ocorrendo, ainda, situações de indisponibilidade de preços correntes para itens sazonais, personalizados ou fora de mercado (ROSSETO *et al.*, 2001).

#### 2.4 Custo Corrente Corrigido

O custo corrente corrigido considera a variação do valor de reposição do ativo, conjugado com a variação de preços. Ou seja, toma-se o valor do custo corrente e aplica-se a variação de preços até a data em que se pretende apresentar o ativo corrigido. Por combinar as vantagens do custo corrente com as do custo histórico corrigido, tal método é considerado o mais completo método de avaliação e deveria ser utilizado para avaliação geral do ativo (TINOCO, 1992; SCHMIDT, 2000).

Como vantagem do método, Rosseto *et al.* (2001) destacam a possibilidade de prestar informações mais comparáveis em relação ao custo corrente e identificar variações específicas nos preços dos itens patrimoniais em relação ao custo histórico corrigido. Ou seja, o custo corrente corrigido contempla tanto as variações específicas de preço (custo corrente), como as variações gerais de preço (custo histórico corrigido).

A principal desvantagem apontada remete às mesmas desvantagens do custo histórico corrigido e do custo corrente, no sentido da redução da objetividade e da praticabilidade em relação ao custo histórico.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Classifica-se a pesquisa quanto à natureza como aplicada e quanto à abordagem do problema como quantitativa. É aplicada, na medida em que se propôs a solucionar problemas específicos, no caso a avaliação de ativos pelo custo corrente; e quantitativa, em função dos procedimentos para estabelecer o valor dos ativos em tal base de mensuração (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Quanto aos seus objetivos, pode ser classificada como descritiva, na medida em que teve como objetivo analisar os impactos da avaliação de ativos pelo custo corrente em empresas de TI. Do ponto de vista da lógica de pesquisa, adotou-se o método hipotético-dedutivo, que proporciona uma base para a análise do geral para o particular (GIL, 1999).

Finalmente, no que concerne aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como documental, na medida em que se vale de demonstrações e registros contábeis para ajuste dos valores de ativo das empresas da amostra (GIL, 1999).

Empresas do setor de informática, embora não sendo as únicas com tal peculiaridade, apresentam elevada proporção de ativos sujeitos à rápida substituição tecnológica, o que as tornam relevantes para a pesquisa proposta. Em função do porte, do volume de recursos humanos, do faturamento, da maturidade e organização, foram escolhidas para compor o estudo as empresas Gama Soluções em GED, GVDASA Informática e SKA Automação de Engenharias, com sede no Pólo de Informática da região metropolitana de Porto Alegre - RS.

A empresa GAMA atua na área de gerenciamento eletrônico de documentos, com mais de doze anos de atuação neste mercado, possuindo clientes como Aracruz, Azaléia, Copesul, Gerdau, Ipiranga, Petrobrás, Philip Morris, dentre outros.

A GVDASA desenvolve *softwares* para a Gestão do Ensino, Automação Imobiliária e Gestão Empresarial, há mais de vinte anos, tendo em sua carteira de clientes, dentre outros, Colégio Marista Rosário, Faculdades PortoAlegrenses, Colégio La Salle e Faculdade Dom Bosco.

Finalmente, a empresa SKA, com mais de dezoito anos de atividade na elaboração e execução de projetos nas áreas de mecânica, elétrica, gerenciamento de documentos e serviços, através de *softwares* de CAD, CAM e Gerenciamento de documentação técnica, bem programas de treinamento e capacitação a usuários dos sistemas, atende a clientes como Gerdau, Amanco, Aracruz, Atlas-Schindler, Gevisa, Marcopolo, Nadir Figueiredo, Weg, Wiest Escapamentos, dentre outros.

### 3.1 Ajuste dos Valores Contábeis

Analisadas as possibilidades de avaliação em confronto com as características e peculiaridades das empresas da amostra, o ajuste dos valores contábeis foi procedido pelo custo corrente – ou valor justo, no conceito de Iudícibus e Martins (2007) –, pelos seguintes motivos:

- a ausência de itens em estoque, sendo a maior parte do patrimônio representada pelo ativo imobilizado, conduz à utilização dos valores de entrada, como já comentado;
- considerando a alta presença de equipamentos de informática na composição patrimonial das empresas, sujeitos à rápida obsolescência, associado à velocidade com que as empresas promovem a substituição de tais ativos e o período de estabilidade econômica, com baixas taxas de inflação, o custo histórico corrigido não traria uma significativa melhoria na informação; e
- como a avaliação foi realizada tomando por base as demonstrações de setembro de 2007, com cotações dos itens do ativo imobilizado para esta mesma data, não há justificativa ou utilidade para a utilização do custo corrente corrigido.

A avaliação centrou-se nos componentes do ativo permanente, considerando a relevância de tais itens na composição patrimonial, bem como pelo fato de que os itens classificados no ativo e passivo circulantes possuíam prazos máximos de vencimento de trinta dias.

Em razão da confidencialidade dos dados contábeis, solicitada pelas empresas e garantida por ocasião da aceitação em participar da pesquisa, todos os demonstrativos

utilizados no estudo estão apresentados em números relativos (percentuais ou índices), ou calculados a partir de uma base 100 para os valores originais.

A seguir são descritos os passos seguidos no processo de ajuste dos valores contábeis:

a) foi estabelecida a data de 30/09/2007, correspondente ao encerramento do terceiro trimestre, como base para realizar o ajuste, considerando a data de disponibilização dos dados;

b) foram obtidos os seguintes relatórios contábeis junto às empresas: balancete com saldo até 30/09/2007; razão analítico das contas do ativo imobilizado; e relação de itens do ativo imobilizado, de uma das empresas que possuía tal informação;

c) a partir dos balancetes foi elaborado o balanço patrimonial, em custo histórico, em 30/09/2007;

d) o valor do ativo imobilizado foi detalhado, grupo a grupo e item a item, identificando a data de entrada, especificações e valor histórico de cada bem;

e) foi procedida a avaliação dos mesmos com bases diferenciadas para cada item em função das características e informações de mercado disponíveis. Tal processo é detalhado no capítulo de análise que se segue a este;

f) uma vez obtidos os valores de cada item, foi apurado um novo valor do ativo imobilizado, com a elaboração do balanço baseado nos custos correntes;

g) no balanço em custo corrente, a variação do ativo imobilizado em relação ao balanço em custo histórico redundou em uma alteração no valor do patrimônio líquido.

Os procedimentos para a avaliação das empresas da amostra a custo corrente são retomados e detalhados, juntamente com seus resultados, na seção de análise.

#### 4 Apresentação e Análise dos Resultados

Tomando por base os balancetes em 30/09/2007, foram elaborados os balanços patrimoniais, o que permite visualizar a estrutura patrimonial das empresas da amostra, conforme Tabela 1.

Observa-se que as empresas A e C apresentam certo equilíbrio na composição dos itens monetários (ativo circulante e realizável de longo prazo) e dos itens não-monetários (ativo permanente) que compõem o ativo. Na empresa B há a predominância de itens monetários, distribuídos entre o ativo circulante e o ativo realizável de longo prazo.

No que tange à estrutura do passivo, percebe-se na empresa C uma situação de endividamento com terceiros acima da capacidade de pagamento, resultando em patrimônio líquido negativo. Segundo o gestor desta empresa, uma das medidas tomadas para solucionar tal situação foi a decisão de buscar novos investidores.

**Tabela 1 – Estrutura Patrimonial das Empresas em 30/09/2007**

	Empresa A	Empresa B	Empresa C
<b>Ativo Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Circulante	56,73	54,40	46,16
Realizavel a Longo Prazo	-	13,35	3,40
Permanente	43,27	32,24	50,44
<b>Passivo Total + Patrimônio Líquido</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Circulante	23,96	30,68	89,03
Exigível a Longo Prazo	-	-	37,94
Resultado Exercício Futuros	-	-	-
Patrimônio Líquido	76,04	69,32	(26,97)

**Fonte: Dados da pesquisa**

**Nota:** valor do ativo total = 100. Demais valores calculados a partir desta base.

Um exame mais detalhado da composição do ativo circulante das empresas revela a relevância do subgrupo clientes, que se apresenta como o primeiro (empresa B) ou segundo item de maior valor (empresas A e C), como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Detalhamento do Ativo Circulante da Empresas

Contas	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Disponibilidades	2,31	1,29	2,32
Aplicações Financeiras	29,02	11,76	0,79
Clientes	13,11	37,95	12,04
Devedores diversos	6,00	3,18	30,78
Despesas de exercícios seguintes	6,29	0,22	0,24
Total do Ativo Circulante	56,73	54,40	46,16

Fonte: Dados da pesquisa

Nota: valor do ativo total = 100. Demais valores calculados a partir desta base.

Conforme informações obtidas com os gestores das empresas, os prazos de recebimento das vendas giram em torno de trinta dias, sem cobrança de juros, não se verificando a necessidade de ajuste para tais saldos. Os outros subgrupos com saldos significativos – aplicações financeiras e devedores diversos – não possuem acréscimos antecipados, sendo o saldo representativo do valor presente, portanto, não requerendo ajuste.

Pelas características das empresas da amostra, como já comentado na seção 2, as maiores possibilidades de distorção, por superavaliações ou subavaliações dos ativos tangíveis, concentram-se no subgrupo imobilizado do ativo permanente. A Figura 2 ilustra a composição do ativo imobilizado de cada uma das empresas, destacando-se a relevância dos prédios, equipamentos de informática, veículos e, particularmente, na empresa A, os móveis e utensílios, influenciados pela presença de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado.

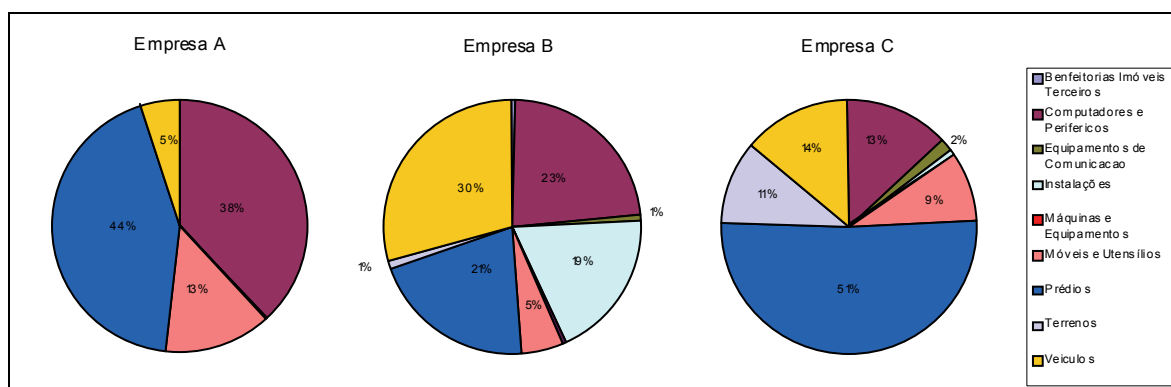


Figura 2 – Composição do Ativo Imobilizado

Fonte: dados da pesquisa

A identificação dos subgrupos com maior participação na composição do ativo imobilizado permite identificar as melhores alternativas e parâmetros para avaliação de tais itens, considerada, ainda, a disponibilidade de informações acerca do valor de reposição do bem no estado em que se encontra.

Outro fator considerado é o nível de risco de subavaliação ou superavaliação inerente a cada grupo. Imóveis construídos pelas empresas (como no caso da amostra) são registrados contabilmente com base nos custos de construção que foram sendo incorridos, sendo esperado que o seu valor contábil apresente uma diferença em relação ao valor de mercado do imóvel pronto. Também os equipamentos de informática, face à evolução tecnológica, tendem a apresentar um saldo contábil afastado do valor de mercado.

Os resultados da avaliação pelo custo corrente revelam que os imóveis se encontravam subavaliados e os equipamentos de informática superavaliados. Com relação aos veículos também eram esperadas variações significativas entre o saldo contábil (custo de aquisição menos a depreciação do período) e o custo corrente, mas tal não se confirmou.



O processo de avaliação do ativo imobilizado pelo custo corrente, valeu-se de três fontes principais: os imóveis foram avaliados por engenheiros credenciados junto à Caixa Econômica Federal; os veículos foram avaliados pela tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE); e os demais itens, particularmente os equipamentos de informática, por meio de *sites* de leilões e comércio de objetos usados pela *Internet*, tais como Mercado Livre, BuscaPé e *e-Bay*.

#### a) Avaliação dos imóveis

A avaliação dos imóveis foi realizada com o apoio de dois engenheiros civis, registrados no CREA-RS sob números 48.435-D e 13.026-D, credenciados pela Caixa Econômica Federal para realização de vistorias e avaliações de imóveis.

No processo de avaliação foi feita uma vistoria dos imóveis com a identificação e documentação do nível de acabamento e confirmação das dimensões de terreno e prédio, constantes nas certidões de registro de imóveis e, em um segundo momento, foram procedidos os cálculos necessários ao processo de avaliação.

Para valorar o terreno foi utilizada avaliação inferencial, que consiste na utilização de um *software* específico que apura o valor do metro quadrado a partir de análise de regressão, com um banco de dados do avaliador, identificando a natureza do terreno (urbano, rural, comercial, industrial, etc.) e as suas dimensões.

Na apuração do valor do prédio, diante da ausência de um banco de dados específico com informações semelhantes às características das empresas da amostra, foi utilizada a modalidade denominada de *expedita*, na qual o avaliador classifica o imóvel em função do uso e acabamento da construção e apura o valor do mesmo com base na área construída e no valor do Custo Unitário Básico – CUB, divulgado pelo SINDUSCON-RS. No caso foi utilizado o CUB do mês de setembro de 2007, classe CAL 8-A, que se refere a imóveis comerciais com andar livre e acabamento alto. Ao valor resultante da multiplicação da área construída pelo valor do CUB foi aplicado um adicional de 10% denominado “valor da coisa feita”, que remunera a diferença entre o imóvel já construído e a sua construção.

Na Tabela 3 são apresentados os resultados da avaliação em comparação com os valores contábeis. Na empresa A o prédio e o terreno estão contabilizados conjuntamente e na empresa B o valor contabilizado do terreno é bastante reduzido.

Na Figura 3 são evidenciados os efeitos da avaliação dos imóveis, com o valor consolidado de terrenos e edificações, tanto para os saldos contábeis como para os valores da avaliação. Percebe-se uma diferença significativa entre o valor contábil e o valor da avaliação, sendo esta mais acentuada nas empresas A e B. Tal diferença, considerando a relevância dos imóveis na estrutura patrimonial das empresas (Figura 2), repercute no resultado global da avaliação pelo custo corrente.

**Tabela 3 – Resultados da avaliação dos imóveis**

	Empresas		
	A	B	C
Prédio - valor contábil	18,74	5,20	25,63
Prédio - valor avaliação pelo custo corrente	44,89	11,44	31,24
Terreno - valor contábil	-	0,25	5,39
Terreno - valor avaliação pelo custo corrente	21,74	6,36	21,51

**Fonte:** Dados da pesquisa

**Nota:** valor do ativo total = 100. Demais valores calculados a partir desta base.

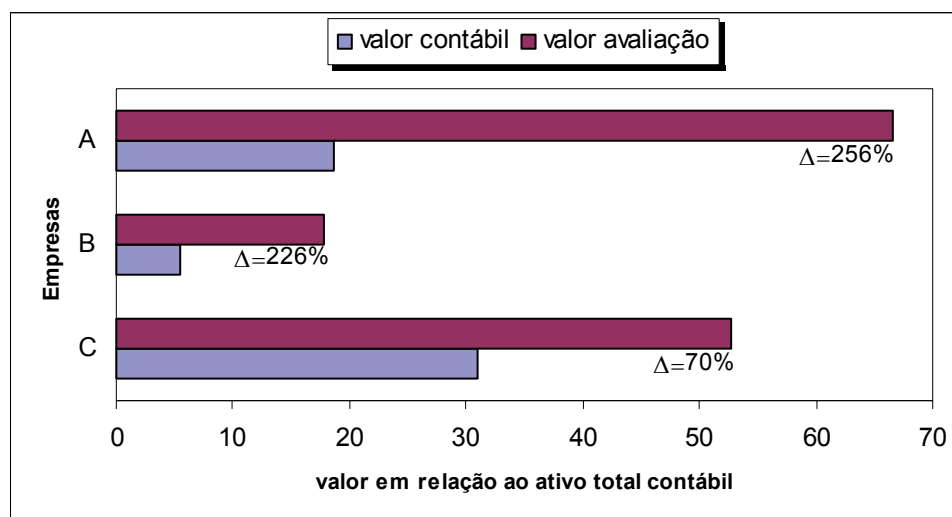


Figura 3 – Comparação dos valores contábeis e da avaliação

Fonte: dados da pesquisa

Nota: valor do ativo total = 100. Demais valores calculados a partir desta base.

### b) Avaliação dos veículos

A avaliação dos veículos foi efetuada com base na tabela de preços de veículos novos e usados, divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINEP em seu *website*, e publicada mensalmente pela revista Motor Show. Os valores divulgados pela FINEP correspondem à média de preços de reposição praticados, tomando como base todo o território nacional. Apesar de não ser uma tabela específica para o estado do Rio Grande do Sul, é amplamente utilizada por seguradoras e revendas de veículos.

A partir da identificação da marca, modelo e ano-modelo de cada veículo registrado na contabilidade, apurou-se o valor de mercado correspondente, evidenciado na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultados da avaliação do grupo veículos

	Empresa A	Empresa B	Empresa C
valor contábil	2,16	7,26	7,05
valor avaliação	2,25	7,80	4,94
diferença percentual	4,12%	7,39%	-29,97%

Fonte: tabela FINEP. Disponível em: < <http://www.finep.com.br/web/index.asp>>. Acesso em: 10 out. 2007

Os resultados da avaliação dos veículos nas empresas A e B revelam um valor de reposição superior aos saldos contábeis (custo de aquisição, deduzida a depreciação). Tal situação, segundo os gestores destas duas empresas, é resultado de estratégias adotadas na escolha dos modelos de veículos, na forma de aquisição – no caso de uma delas adquirindo como frotista – e no prazo de renovação da frota.

### c) Avaliação dos demais itens

Inicialmente foi procedida a individualização e identificação de cada um dos demais itens registrados no ativo imobilizado. Tal procedimento, considerando que duas das empresas não possuem controle patrimonial em separado e a terceira possui tais relatórios apenas a partir de 2003, foi realizado mediante exame do razão analítico de cada subgrupo do imobilizado, identificando-se, com base no lançamento de aquisição do bem, a data, o valor do registro contábil, assim como as especificações do mesmo, constantes no histórico de lançamento. Para poucos itens não foi possível identificar as especificações em função de imprecisões nos históricos dos lançamentos contábeis.

Uma vez identificados os itens, a avaliação foi efetuada com base em *websites* de compra e venda de itens usados, tais como: Mercado Livre, BuscaPé e *e-Bay*, considerando sempre que possível identificar precisamente o item e localizar ofertas de itens com a mesma configuração e marca. Foi adotada como valor corrente, a média dos valores de ofertas encontrados, desprezados eventuais *outliers*. Nos itens que não puderam ser precisamente identificados ou não foram localizadas ofertas equivalentes, manteve-se o saldo contábil.

Para a maior parte dos itens referentes a equipamentos de informática, assim como alguns dos itens do grupo de móveis e utensílios como: condicionador de ar e frigobar foi possível identificar ofertas de itens semelhantes e realizar a avaliação. Os principais itens que não puderam ser avaliados e cujos saldos contábeis foram mantidos, se referem aos móveis, que além de não possuírem um mercado secundário com informações disponíveis, possuem alto grau de personalização, sendo muitas vezes construídos sob medida, dificultando a localização de similares. Saliente-se, ainda, que móveis se encontram menos expostos aos efeitos da desvalorização por desgaste ou alteração tecnológica, sendo submetidos, inclusive, a taxas de depreciação menores do que outros itens do ativo imobilizado.

A Tabela 5 resume os percentuais de avaliação, constatando-se que em torno de 50% dos itens puderam ser identificados e avaliados pelo custo corrente, representando respectivamente 75%, 63% e 76% do valor total do imobilizado.

**Tabela 5 – Itens avaliados em relação ao total de itens e ao valor do imobilizado**

	Empresa A	Empresa B	Empresa C
Percentual de itens identificados e avaliados em relação ao número total de itens	55%	49%	49%
Percentual de itens identificados e avaliados em relação ao valor total do imobilizado	75%	63%	76%

**Fonte: dados da pesquisa**

Uma vez realizadas as avaliações do ativo imobilizado pelo custo corrente, foi possível elaborar a Tabela 6, que evidencia as variações entre o custo histórico e o custo corrente de cada item do ativo permanente. Constata-se que o aumento no valor total do ativo permanente é resultado da reavaliação dos imóveis. Com exceção deste grupo e do grupo de veículos para as empresas A e B, todas as outras avaliações apontam para a existência de itens superavaliados no patrimônio das empresas.

Nota-se uma perda significativa de valor no grupo de computadores e periféricos, que era esperada em função da velocidade com que tais itens se tornam obsoletos em face de avanço tecnológico, bem como da redução no preço de aquisição de itens novos, tecnologicamente equivalentes.

**Tabela 6 – Grupos do ativo permanente em custo histórico e custo corrente**

Grupos	Empresa A			Empresa B			Empresa C		
	custo histórico	custo corrente	Δ %	custo histórico	custo corrente	Δ %	custo histórico	custo corrente	Δ %
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>43,27</b>	<b>77,58</b>	<b>79,3%</b>	<b>32,24</b>	<b>43,87</b>	<b>36,0%</b>	<b>50,44</b>	<b>63,04</b>	<b>25,0%</b>
Investimentos	-	-	0,0%	3,51	3,51	0,0%	-	-	0,0%
Benfeitorias imóveis terceiros	-	-	0,0%	0,11	0,11	0,0%	-	-	0,0%
Computadores e periféricos	16,42	4,48	-72,7%	5,70	4,65	-18,5%	6,77	1,46	-78,4%
Equipamentos de comunicação	0,12	0,13	8,4%	0,20	0,19	-3,8%	0,82	0,32	-61,7%
Instalações	-	-	0,0%	4,64	4,64	0,0%	0,20	0,20	0,0%
Maquinas e equipamentos	-	-	0,0%	0,05	0,02	-56,8%	-	-	0,0%
Móveis e utensílios	5,83	4,09	-29,9%	1,26	1,10	-13,1%	4,58	3,37	-26,4%
Prédios	18,74	66,63	255,6%	5,20	11,44	120,0%	25,63	31,24	21,9%
Terrenos	-	-	0,0%	0,25	6,36	2399,6%	5,39	21,51	299,1%
Veículos	2,16	2,25	4,1%	7,26	7,80	7,4%	7,05	4,94	-30,0%
Diferido	-	-	0,0%	4,05	4,05	0,0%	-	-	0,0%

**Fonte: dados da pesquisa.**

**Nota:** valor do ativo total = 100. Demais valores calculados a partir desta base.

Considerando a existência de regulamentação fiscal acerca das taxas de depreciação, definindo, por exemplo, a contabilização da despesa de depreciação de forma linear com vida útil de cinco anos para os equipamentos de informática, as empresas adotam este padrão, ainda que, do ponto de vista da teoria contábil, o procedimento correto seja a identificação do tempo real da vida útil, do valor residual e de métodos não lineares, que melhor representem a perda de valor ao longo do tempo.

As variações identificadas confirmam a percepção inicial de que ao se tomar o valor do custo histórico como parâmetro para a avaliação do valor patrimonial da empresa, corre-se o risco de apurá-lo em um valor inferior ao real, no caso de bens subavaliados e, no sentido oposto, apurar um valor superior ao real.

De posse dos novos valores do ativo permanente, elaborou-se o balanço patrimonial em custo corrente, mediante o ajuste do patrimônio líquido em função das alterações neste ativo.

**Tabela 7 – Balanço Patrimonial em Custo Histórico e Custo Corrente**

	empresa A		empresa B		empresa C	
	histórico	corrente	histórico	corrente	histórico	corrente
<b>Ativo Total</b>	<b>100,00</b>	<b>134,32</b>	<b>100,00</b>	<b>111,62</b>	<b>100,00</b>	<b>112,60</b>
Circulante	56,73	56,73	54,40	54,40	46,16	46,16
Realizável a LP	-	-	13,35	13,35	3,40	3,40
Permanente	43,27	77,58	32,24	43,87	50,44	63,04
<b>Passivo total + Patr. Líquido</b>	<b>100,00</b>	<b>134,32</b>	<b>100,00</b>	<b>111,62</b>	<b>100,00</b>	<b>112,60</b>
Circulante	23,96	23,96	30,68	30,68	89,03	89,03
Exigível a LP	-	-	-	-	37,94	37,94
Resultado Exercício Futuros	-	-	-	-	-	-
Patrimônio Líquido	76,04	110,36	69,32	80,94	(26,97)	(14,37)

Fonte: dados da pesquisa

## 5 Considerações Finais

Este estudo teve por objetivo avaliar os impactos da avaliação de ativos pelo custo corrente. O desenvolvimento do trabalho permitiu comprovar que esta é uma metodologia capaz de aumentar a qualidade da informação em relação ao custo histórico, com a manutenção de critérios objetivos de atribuição de valor, sendo uma alternativa para processos de avaliação de ativos tangíveis em empresas de TI.

Foi identificada uma tendência da avaliação pelo custo histórico em subavaliar ativos resultantes de construção própria, como no caso dos imóveis, e superavaliar ativos submetidos à rápida substituição tecnológica, como os equipamentos de informática.

O processo de ajuste pelo custo corrente contemplou, em média, 50% dos itens do ativo imobilizado de cada empresa, correspondendo a aproximadamente 75% do valor total deste agrupamento. Após o ajuste, verificou-se um aumento médio do Patrimônio Líquido, das três empresas examinadas, de 36%, com desvio padrão de 13%. Tal alteração é significativa e produz impacto na informação acerca do patrimônio das empresas, sendo útil e relevante ao usuário interno nas decisões voltadas para a gestão, e ao usuário externo nas decisões de investimento ou concessão de crédito, principalmente para empresas de menor porte como as analisadas.

A ausência de um mercado secundário para a avaliação da totalidade dos ativos, especialmente os itens de mobiliário que se caracterizam por alto grau de customização, bem como a ausência de informações detalhadas de alguns itens, levou à necessidade de manter a avaliação com base no saldo contábil (custo histórico menos depreciação). Esta limitação, associada à complexidade do processo de avaliação é, possivelmente, uma das causas para o

pouco uso do custo corrente (*fair value*) no âmbito internacional, ainda que seja reconhecido o ganho na capacidade de informação.

## Referências

- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 343 p.
- EDWARDS, Edgar O.; BELL, Philip W. **The Theory and Measurement of Business Income**. California: University of California Press, 1961. 323 p.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. 550 p.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma Investigação e uma Proposição sobre o Conceito e o Uso do Valor Justo. **Revista Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, Edição especial 30 anos de doutorado, p. 9-18, jun. 2007.
- MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NÉLO, Ana Maria; KASSAI, Silvia; SILVA, Paulo Roberto da; MARTINS, Eliseu. Valores de Saída e *Goodwill*. In: MARTINS, Eliseu (Org.). **Avaliação de Empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001. 414 p.
- ROSSETO, Vicente; NOBRE, Waldir; SILVA, Paulo Roberto da; MARTINS, Eliseu. Valores de Entrada. In: MARTINS, Eliseu (Org.). **Avaliação de Empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001. 414 p.
- SANTOS, José Luis dos; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. **Avaliação de Empresas: Foco nos Modelos a Valores de Entrada e Saída – Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2006. 259 p. ISBN 85-224-4227-4
- SCHMIDT, Paulo. Apresentação de demonstrações contábeis segundo o princípio do custo corrente corrigido. **Temática Contábil e Balanços – IOB**, Boletim 31/00a e 32/00b, 2000.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Avaliação Patrimonial em Contabilidade a Valores de Entrada e Saída. **Caderno de Estudos Fipecafi**. n. 6, p. 1-16, out. 1992.
- TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Entendendo a Crise do *Subprime*. **Visão do Desenvolvimento - BNDES**. n. 44, p. 1-10, 2008. Disponível em <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao\\_44.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_44.pdf)> acesso em 21 abr. 2009.

---

<sup>1</sup> Para uma melhor compreensão da crise do subprime, ver Torres Filho (2008).